



**TERRITORIALIDADES, AMBIENTE E DESASTRES:
aprendizados a partir de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ)**

Marco Antonio Sampaio Malagoli

Universidade Federal Fluminense

marcomalagodi@id.uff.br

1 – INTRODUÇÃO

O presente texto reúne resultados parciais e propõe reflexões a partir de pesquisa iniciada em 2011 e de sua continuidade no projeto “Saber ambiental, esfera pública e ordenamento territorial” (FAPERJ/APQ1, 2014-2016) desenvolvidas pelo autor, que apoiou-se na produção socioespacial do núcleo urbano de Ururá, em Campos dos Goytacazes (RJ), e associou-a a acontecimentos recentes relacionados às frequentes cheias do Rio Ururá na localidade, para construir uma matriz interpretativa deste *território usado* (SANTOS, 1999). Estas pesquisas integram e colaboram com as ações do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF), com especial destaque para a pesquisa coletiva “Cartografias socioambientais e mapeamento de áreas de risco de inundações no norte fluminense” (FAPERJ/2013-2016).

São comuns as “cheias” do rio Ururá, mas historicamente parece ser menos frequente seu transbordo em direção ao núcleo urbano, como o que ocorreu em 2008, obrigando mais de setecentas pessoas a se alojarem em abrigos improvisados nas escolas e creches do bairro (MALAGODI e SIQUEIRA, 2012). Desde então o poder público desenvolveu um programa habitacional de moradias populares que acolheriam parte da população “removida” dessas áreas sujeitas a inundações para um local próximo ao bairro (o programa *Morar Feliz*). Essas moradias começaram a ser entregues a partir de 2011, quando também se intensificaram os trabalhos para a consolidação da urbanização em Ururá (o programa *Bairro Legal*), coincidindo com a proximidade das eleições municipais de 2012. As tramas espaciotemporais e conflitos que antecedem e presidem tais eventos, assim como as que se perpetuam após eles, são alvo de nosso interesse nas citadas pesquisas.



2 – OBJETIVOS

O objetivo inicial da referida pesquisa em cujo contexto este artigo se insere foi o estudo sobre o contexto sociopolítico e cultural regional no Norte Fluminense relacionado aos chamados desastres ambientais (especialmente as inundações), de modo a se mapear e discutir em que medida a dicotomia epistemológica-política moderna (separação cultura-natureza) influencia e modula as dinâmicas identitárias, comunicativas e de participação cidadã em suas relações com as configurações de políticas públicas de ordenamento territorial. Mais especificamente, buscávamos compreender como, no cotidiano de Ururá, constroem-se práticas e noções singulares (espaciais, políticas) sobre os acontecimentos mais marcantes, tais como: urbanização de Ururá a partir da Usina Cupim, resultados e adaptações dessa urbanização em relação às dinâmicas do Rio Ururá, alterações nesta dinâmica em função de transformações à montante e à jusante, soluções e novos problemas a partir do programa municipal Bairro Legal, entre outros.

3 – METODOLOGIA

Nosso exercício contínuo de fundamentação metodológica transita entre influências que Sposito (2004) identifica como *fenomenológicas-hermenêuticas* e *críticas-dialéticas*. Apesar de possíveis contradições de tal escolha entendemos que também os pressupostos e ferramentas influenciados por estas correntes devem manter-se sob suspeição diante das pesquisas empíricas integrando, assim, na lógica da descoberta, alguma aprendizagem filosófica (auto)crítica. Outra justificativa para esta imprecisão estaria no entendimento de que cada uma destas correntes filosóficas traz bons argumentos críticos entre si, uma à outra. Quanto à influência fenomenológica-hermenêutica, interessa-nos tanto as críticas à concepção idealista do humano quanto à concepção materialista-objetivista, escolhendo ver na concretude histórica humana a tarefa de construção da vida numa apreensão e criação de sentido para o seu existir (NUNES, 1989, apud SPOSITO, 2004, p.36). Destaca-se nesta influência a necessária inclusão dos pensantes (sujeitos) no que é pensado (sujeitos, objetos), suas



intencionalidades, inclusive com os eventuais imbróglis que a diversidade cultural e política causa na legitimação das matrizes de pensamento universalizantes. Daí também a atração pela ideia aí presente de que o *espaço vivido* seria revelador das práticas sociais e que este deveria se tornar uma forte referência metodológica, levando o *lugar* a uma centralidade analítica (LENCIONI, 1999, apud SPOSITO, 2004, p.37).

Quanto à influência crítica-dialética, em uma primeira dimensão, das operações simbólicas e epistemológicas, parece-nos fundamental a estratégia aí proposta de refutação de certas teorias que se naturalizam ou de certas opiniões do senso comum, levando-as à contradição para então se alcançar um conhecimento mais verdadeiro sobre a realidade (SPOSITO, 2004, p.39). Na dimensão ontológica da realidade, parece-nos fundamental a compreensão dos fenômenos em termos de: i) suas contradições internas e dinâmicas conflituosas, reveladoras de interesses em jogo, ii) inter-relação do todo com as partes e vice-versa, iii) seu caráter transformador e revelador das possibilidades de mudança, iv) sua validação empírica-prática (práxis) como condição interna ao próprio método (SPOSITO, 2004).

Quanto aos procedimentos da pesquisa, realizamos entrevistas com moradores, alguns habitantes das chamadas áreas de risco, lideranças comunitárias, pesquisadores e agentes públicos (Defesa Civil) e buscamos interpretá-las através de estudos teóricos sobre os desastres (VALENCIO, 2009), sobre debates político-epistemológicos referentes a dispositivos que acionam as noções de natureza e ambiente (PORTO-GONÇALVES, 1989; 2007; ACSELRAD, MELLO E BEZERRA, 2009; CASTREE, DEMERITT E LIVERMAN, 2009; MALAGOLI, 2015), e sobre ações materiais e simbólicas que informam a dinâmicas de conflitos socioambientais (ACSELRAD, 2004). A hipótese inicial era de que o campo epistemológico se integrava ao campo político-administrativo, intrinsecamente, de modo que ciência e política desempenham jogos de poder que podem e devem ser analisados conjuntamente.

4 - RESULTADOS PRELIMINARES

Os resultados parciais das referidas pesquisas (MALAGOLI, 2016a, 2016b) são resumidamente apresentados a seguir. Produzimos A) segmentos espaciotemporais provisórios que facilitassem um exercício analítico inicial sobre a ocupação e

urbanização de Ururá. Construímos B) uma perspectiva socioambiental pensada a partir da experiência dos moradores. Pudemos identificar C) algumas das matrizes identitárias e suas territorialidades no bairro. Em relação a D) proposta de um sistema de alerta frente às inundações, identificamos três sentidos diferentes e complementares entre os moradores.

Sobre os **segmentos espaciotemporais provisórios** (A), partimos de relatos em que a localidade de Ururá viria se consolidando desde o séc. XIX e se expandindo no séc. XX entre a margem esquerda do Rio Ururá, na altura da então chamada Estação Ferroviária Ururahy, e o Engenho Cupim, no município de Campos dos Goytacazes (RJ). A formação da localidade estaria relacionada ao fornecimento de mão-de-obra para produção açucareira. Poderíamos dividir a ocupação e expansão de Ururá em oito períodos: 1) Início da atividade canvieira na região (séc. XVII) até a fundação do Engenho do Cupim (1830); 2) Desta, até sua transformação em Engenho Central do Cupim, em 1881, apoiado pela política imperial para aquisição de maquinários modernos e combate à escravidão; 3) Entre 1881 e o início da atividade dos franceses, reinaugurando o Engenho como *Sucrierie du Cupim* (desconhecemos a data precisa ou mesmo se existiu tal transição); 4) da gestão dos franceses na nova *Sucrierie du Cupim*, estendendo-se até o ano de 1907, quando este mesmo grupo renomeia-se *Société Française de Sucrieries Brésiliennes* e é apontada pela bibliografia a existência da Usina do Cupim; 5) Entre 1907 e o fim da gestão dos franceses (década de 1950?); 6) Transição entre o final da gestão dos franceses e início da gestão do Grupo Othon sobre a Usina Cupim (entre as décadas de 1950 e 1970?); 7) Gestão do grupo Othon até a falência da Usina Cupim em 2007; 8) De 2007 até o momento atual.

Mais recentemente, a respeito das diferentes etapas de crescimento e urbanização do bairro (provavelmente a partir do quarto segmento apontado acima), os depoentes caracterizaram: a) o primeiro núcleo de moradias de trabalhadores; b) o recuo da expansão desse núcleo a noroeste da Usina e o investimento da empresa e do poder público na ocupação sobre as áreas mais úmidas, a sudeste (até os limites do atual canal Cacumanga); c) a consolidação de um padrão dominante de urbanização “para dentro” do bairro, de reformas e benfeitorias; o deslocamento e a criação de conjuntos habitacionais para estratos de mais baixa renda ou que ocupavam posição inferior na escala do favoritismo político, “para fora” do bairro; d) e mais recentemente, o início de

um outro padrão de ocupação “para dentro” do bairro, seja nos últimos “vazios” mantidos para fins de especulação imobiliária, seja na expansão de seus tradicionais limites sobre áreas de pastagens ou cana.

Sobre a **perspectiva socioambiental pensada a partir da experiência dos moradores** (B), apenas começamos a compreender algumas de suas práxis territoriais como também suas propostas de resistência às inundações. Alguns argumentam, por exemplo, que as obras recentes de urbanização (Bairro Legal) aumentaram os riscos. Em outro exemplo, tivemos indicação da mudança de direção da urbanização inicial do núcleo, em direção a áreas de brejo (aterradas), questionando-se a localização das moradias de trabalhadores em terras mais úmidas, enquanto os canais ao redor ganhavam terras mais secas (elevadas). Outro relato demonstrou a imprudência no traçado das rodovias próximas, na drenagem de lagoas também próximas, na falta de manutenção dos ductos sob as estradas e na ocupação irregular das margens da Lagoa Feia (com construção de diques), quando tudo isso acarreta a ampliação dos riscos de inundação em Ururáí.

Sobre a dimensão das **identidades e territorialidades** no bairro (C), entendemos que muitas das relações de moradores de Ururáí com seu meio ficaram marcadas historicamente pela presença e política de diferentes gestões do Engenho/Usina Cupim. Mas a própria existência e continuidade da Usina como objeto geográfico dinamizador da produção socioespacial na localidade e seu entorno tem por base o Rio Ururáí e outras dimensões socioambientais. Predominou em nossa pesquisa a caracterização de relações de identidade referentes à última metade do séc. XX, quando se destacaram nos depoimentos aspectos das relações com a Usina (desde a época dos franceses), histórias familiares e com amigos, personalidades do bairro, e com o novo “ambiente” urbanizado. São histórias envolvendo o lazer e a pesca no rio, o trabalho nas lavouras e na usina, a construção da moradia e as adaptações necessárias, os movimentos migratórios na microrregião. As festas e competições esportivas, a religiosidade, as divisões espaciais e ambientais, as personalidades e rivalidades que marcaram as divisões sociais na localidade, as escolas, e memórias sobre as cheias do rio Ururáí, tais enfrentamentos e diferenças culturais na atribuição de significados a tais fenômenos. As mudanças sofridas pelo Rio Uuráí e Canal Cacumaga ao longo do séc. XX, as dificuldades advindas do fechamento da Usina Cupim, o crescente domínio do

narcotráfico e do consumo de drogas, e o problema da violência. As consequências do padrão de urbanização que transformou a localidade, o recente desafio da organização dos abrigos nas escolas durante as cheias, as fragilidades da cultura política e da militância pela melhoria do bairro. Os casos envolvendo a BR-101 e a ponte sobre o rio Ururaí, marcadores geográficos também relevantes para a compreensão das relações de identidade, como eles destacam.

Sobre a **proposição de sistemas de alerta** para o enfrentamento de novas inundações (D), realizamos entrevista coletiva com a equipe da Defesa Civil de Campos (2013), debates durante a I Conferência Municipal de Defesa Civil (2014), entrevistas (entre 2012 e 2015) e uma oficina com moradores (2015) – a maioria integrante da Associação de Moradores –, e colhemos o depoimento do antigo pároco da Igreja Católica de Ururaí, construindo nova compreensão de como se desenvolvem os efeitos das cheias do Rio Ururaí na localidade, os significados e propostas em relação a um adequado *sistema de alerta*. Chegou-se ao conhecimento de que, um *sistema de alerta*, para a comunidade, tem pelo menos três sentidos diferentes e complementares: a) um *alerta* como reconhecimento-denúncia de estruturas fixas no terreno (ou ausência delas) e de ações sociais e políticas (ou inoperâncias e ausências destas) que prejudicam o escoamento das águas e colocam em risco a população; b) uma *alerta* no sentido tradicional, como rápido e qualificado fluxo de informações e comunicações com e entre os moradores e instituições solidárias ao trabalho da Defesa Civil, a tempo de minimizar perdas e danos; c) e *alerta* como ação contínua e estruturada, estratégica, seja como monitoramento contínuo e intensificado no período das chuvas, integrando o movimento das águas (“de baixo” e “de cima”) com os dois sentidos anteriores; seja como planos de contingência e evacuação, seja na forma de processos educativos gerais e formativos, profissionalizantes, de agentes da Defesa Civil e de outros solidários a estes. Para cada um destes sentidos e suas derivações, foi explicitada a conexão direta ou indireta com o campo das políticas públicas e com a questão dos desequilíbrios sociais, econômicos, culturais e políticos que presidem as deliberações que concorrem para aumentar perigos e riscos em situações de enchentes e inundações.

No primeiro sentido (a), os diques (legais e ilegais) e as estradas que atuam como diques – a montante e a jusante de Ururaí – são reconhecidos como prejudiciais, assim como qualquer ausência ou insuficiência de manutenção em canais e manilhas,



que atrapalham o livre escoamento das águas. Aqui ainda se aponta o problema da ausência do tratamento de esgoto no bairro, fazendo com que se some ao risco das perdas pela subida das águas, o problema sanitário das águas (infectas) invadirem as casas pelos ralos e vasos sanitários, uma vez estando incompletas as recentes obras de urbanização. É neste sentido que foi proposto o manilhamento do valão (Canal Cacumanga) e a construção de diques à beira dos corpos d'água na localidade, com algum sistema de comportas (ideia polêmica para nosso corpo de pesquisadores): a comporta barraria a entrada de água do Rio Ururaí para o Canal Cacumanga, possibilitando – em tese – o manejo de um fluxo diferencial. Um depoente sugere como estratégia adicional o bombeamento da água para fora do bairro, na enchente.

No segundo sentido (b), um representante da Defesa Civil de Campos acredita que no município não é necessário um sistema de alerta tradicional (como as sirenes), pois sendo o maior problema as inundações, seu caráter gradual favorece outras estratégias. Além disso, acredita que ninguém obedeceria a tal alerta, pois um aviso não teria tanto efeito informativo sobre riscos, na medida em que, ele acredita, as pessoas já têm conhecimento disso e continuam morando em áreas de risco. Mais relevante, muitos depoentes destacam a importância de se saber o que ocorre no Imbé (cabeceiras da bacia que contém o Rio Ururaí): quanto choveu, quanto “subiram” as águas, em quanto tempo esse efeito chegará até a localidade e com que magnitude (que nível atingirá). Alguns apontam também a importância de se monitorar os movimentos do lençol freático na redondeza. O representante da Defesa Civil apontou a rede de colaboradores que esse assunto envolve no município, formando uma *Comissão de Entidades Não Governamentais (CENG)*: Rádio Amador (RENER – da Rede Nacional de Rádio Amador, onde a Defesa Civil faz prova; ARCAM – Associação Regional de Rádio Amador de Campos, que atua por frequência, e que pode dar aulas/formação; LABRA-RJ – Liga de Rádios Amadores); “4x4”, Autopista, CBA (Comando de Bombeiros de Área, que por sua vez tem sua própria Comissão), GRAC (grupo de ação controlada), além das Secretarias (Família e Assistência; Saúde; Educação; Obras; Meio Ambiente; Guarda Municipal; Serviços Públicos); e a própria Defesa Civil.

No terceiro sentido (c), sinalizou-se a importância de se fortalecer a formação e a estrutura de ação da própria Defesa Civil, além do voluntariado, e de se adentrar nos



currículos do ensino formal com a apresentação e debate da temática. Sobre dados de monitoramento, outro depoente (2014) nos diz que eles trabalham com régua limnimétrica no município, e que no período de chuvas fazem medição a cada 4h, ou até de 2 em 2h, se necessário. Fora desse período, a medição é diária. Um depoente, voluntário da Defesa Civil, diz que, sobre a variação de cota nas cheias, se a subida na Lagoa de Cima é de 2 metros, chega em Ururá com 70 ou 80 cm, em dois ou três dias. Dizem que hoje em dia precisam de mais régua, e que precisam também de mais estudos para saber onde melhor aloca-las. Além disso, foi proposto por outro depoente (2015) um plano de contingência e evacuação, diferenciando-se e hierarquizando-se setores no bairro, de modo a dar mais rapidez na mobilização e evacuação aos que são primeiramente expostos à subida das águas, ou aos moradores com menor poder de reação rápida. E isso trouxe associado a si a ideia de um treinamento com a população local, pela complexidade do movimento exigido em tal ação. Outro depoente diz que devem ficar de olho na cota do rio Ururá (e aponta a existência de uma régua na ponte, como também indicou o representante da Defesa Civil), tirando as famílias antecipadamente; mas alguns dos depoentes criticaram o fato de que algumas das famílias retiradas logo voltam para suas casas.

Quanto ao debate teórico que esta dimensão empírica suscita, as noções que aparecem no título deste artigo indicam não apenas o desejo de desvendá-las em suas justaposições, mas também um modo de endereçar nossas pesquisas a um campo socioambiental crítico onde cada uma delas problematiza e esclarece as demais, trazendo boas pistas para o debate sobre o dualismo/dicotomia na temática sociedade-natureza. Entendemos que essa visão ainda é muito presente em formulações das ciências sociais e da gestão pública, e em algumas visões do senso comum que as repete e consagra, e trabalhamos com a hipótese de que isso traz prejuízos para a vida política, para a convivência multicultural e democrática, e para um aprendizado ético, de modo geral. Nesse sentido, a noção de *territorialidade* não deveria ser compreendida como sinônimo de *território* (ainda que este deva ser considerado constitutivo de sua dinâmica processual); nem apenas através das dimensões materiais, econômicas e políticas. Além destas, Haesbaert destaca no conceito de territorialidade a íntima ligação com “o modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2007, p, 22, apud

FERREIRA, 2014, p.129). A noção de *ambiente* não deveria ser reduzida a uma natureza natural, estática, exterior às relações sociais e culturais (como se as ideias do *artificial* ou do *tecnológico-não-natural* pudessem esclarecer algo em termos de metabolismos socioculturais); nem como dimensão simplificada de fluxos de matéria e energia, favorável ao controle de forças mercantis e tecnocráticas; nem como dimensão descasada do espaço geográfico (como fenômeno *total*, assim como entendemos também ser o estatuto do *social*). Também a noção de *desastre* não deveria ser confundida com a de episódio isolado, fortuito, cuja narrativa permitisse sujeitos indeterminados ou exortações para sacrifícios genéricos, democraticamente atribuídos a toda a sociedade ou mesmo usados para a culpabilização de suas principais vítimas. Tendo detalhado anteriormente nossa argumentação sobre os termos *ambiente* e *desastre* (MALAGOLI, 2015), trazemos a seguir alguns argumentos sobre a noção de *territorialidade*, por consideramos relevante ao aperfeiçoamento da análise da dimensão empírica da pesquisa em Ururá e enriquecimento da abordagem socioambiental.

Uma primeira inquietação nos vem a partir de conceituações do *espaço geográfico*: como emerge a categoria ambiental nas teorias que trabalham tal conceito? Vemos em Milton Santos argumentos que corroboram com a crítica do citado dualismo: a) afirma que os “territoriólogos” costumam apontar a relação sociedade–natureza como uma dialética, mas ele discorda disso, afirmando que a sociedade não atua sobre a natureza em si: “a dialética somente se realiza a partir da natureza valorada pela sociedade; é aí que começa a dialética” (SANTOS, 1999, p.18, grifo nosso) – qual seria então o lugar do que não é absolutamente ou adequadamente valorado pela sociedade?; b) esclarece que a partir do momento em que o ser humano se transformou em “homem social”, através da produção social, tudo o que poderíamos considerar como natureza primeira (ou “natureza natural”) já foi transformado, já é segunda natureza. Por isso *meio ecológico* é, para o autor, cada vez mais *meio técnico*, e o trabalho humano deve ser compreendido como historicização da tecnologia, pois tem como base a ciência e a técnica (SANTOS, 2008). Nesse sentido, vemos em Ferreira (2014) o esforço de integrar as categorias *ambiente* e *espaço*, e este a *território*, a partir de contribuições de Saquet (2006, 2009), embora retomem em suas argumentações os termos da citada dicotomia. O humano é um ser que “age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, para produzir, viver (objetiva e subjetivamente)” (SAQUET, 2006, apud



FERREIRA, 2014, p.120). O espaço “corresponde ao ambiente natural e ao ambiente organizado socialmente”; e o território “é produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens, logo, é fruto da dinâmica socioespacial” (SAQUET, 2009, p.81, apud FERREIRA, 2014, p.119). Mas é instigante a expressão utilizada por Saquet ao afirmar que a efetivação dos territórios envolve sempre “a síntese dialética do natural e do social que reside no homem (...) Nós homens (e mulheres) somos, estamos e reproduzimos a natureza e sociedade, simultaneamente”. (SAQUET, 2010 (SAQUET, 2010, apud FERREIRA, 2014, p.124-125, grifo nosso). O autor considera ainda que “o território pode ser entendido como uma forma de apropriação social do ambiente; é o ambiente construído, em que há múltiplas variáveis e relações recíprocas e unitárias” (SAQUET, 2006, apud FERREIRA, 2014, p.119), e para Ferreira (2014, p.81), tal apropriação “é precedida por relações sociais que, comunicadas, compreendem relações espaciais de poder”.

Poderiam as diferentes formas de ação sociopolítica no lugar, dentre as relações sociais, com suas diversas atribuições de significado, em termos fenomenológicos, indicar resistências e superações dos dispositivos embasados nas citadas dicotomias? Em Santos (1999) encontramos o destaque para o lugar e o local – o *saber da região*, saber local que sabe sobre o mundo, e que para ele é ponte para a produção de uma política. É importante lembrar que estes, porém, estão imbricados na dialética com o espaço e a sociedade enquanto fenômenos totais, o que nos ajuda a percorrer o trajeto do conceito de território ao de territorialidade: “A territorialidade é um atributo do território ou dos seus ocupantes? Vivo o meu cotidiano no território nacional ou no lugar?”, pergunta o autor (SANTOS, 1999, p.20). O que seria para ele uma análise dinâmica dos fatos sócio-geográficos, a partir das ideias de “acontecer solidário” e “cotidiano”, uma *quinta dimensão do espaço* (SANTOS, 1999)? Para Santos, a categoria de análise não deveria ser “território”, mas sim “território usado” (território em processo e campo de forças, pensando-se nas formas-conteúdo), aproximando tal categoria da ideia de *espaço banal*: espaço da comunicação, da comunhão, espaço de todos (em contraposição ao espaço da economia, dos fluxos). Este seria a totalidade dos atores agindo no espaço, e não só os hegemônicos. O território, portanto, tem um conteúdo social, diz o autor; e este seria um grande erro do planejamento territorial/regional, ao não considerar a totalidade dos atores, das instituições, das pessoas e das empresas.



Saquet e Briskievicz (2009, p.8) incluem a dimensão cultural, dentre as relações sociais, na noção de territorialidade, associando esta ao conceito de identidade e à ideia de “atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior”. Consideram a territorialidade “o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana” (IDEM, p.8). Assim, consideram que, por um lado, “a identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias” envolvendo necessariamente obras materiais e imateriais (IDEM, p.8); mas por outro, as identidades também influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios (IDEM, p.09). Para estes autores, “dependendo do caráter do projeto de desenvolvimento, haverá preservação ou não dos traços identitários e simbólicos de cada território” (SAQUET E BRISKIEVICZ, 2009, p.15).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessária ainda uma melhor compreensão dos limites e potencialidades de diferentes visões do “ambiental” que orientam e legitimam tanto o planejamento quanto as ações cotidianas. Os depoimentos sistematizados sugerem que a formação e desempenho da cidadania são fortalecidos através das territorialidades, identidades e singularidades vivenciadas no *território usado*, onde são acionadas práxis socioambientais com potencial de resistência e reinvenção política a partir do lugar (não isentos de contradições). Talvez assim se possa melhor analisar propostas que pretendem conduzir práticas e instrumentos de ordenamento territorial ao polêmico campo da *sustentabilidade*.

6 - REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CASTREE, N.; DEMERITT, D.; LIVERMAN, D. Introduction: making sense of environmental geography. In: CASTREE, N.; DEMERITT, D.; LIVERMAN D.; RHOADS, B. (Eds.). **A companion to environmental geography**. USA/UK: Wiley- Blackwell, 2009. p. 1-15.



FERREIRA, D. da S. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/19883/14380. Acesso em: 22 de maio de 2017.

MALAGOLI, M. A. S. Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia. In.: SIQUEIRA, Antenor Maria da Mata; VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva; SIENA, Mariana; MALAGOLI, Marco Antonio Sampaio (orgs.). **Riscos de desastres relacionados à água**: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos. São Carlos: RiMa Editora, 2015.

_____. Metas n.06, n.07 e n.11. In SIQUEIRA, A. M. da M. (org), **Relatório técnico do Projeto**: Cartografias socioambientais e mapeamento de áreas de risco de inundações no norte fluminense: subsídios a elaboração de sistemas de alerta. Processo FAPERJ: E-26/112.610/2012. Campos dos Goytacazes (RJ): Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais, julho de 2016. (2016a)

_____. **Relatório técnico do Projeto**: Saber ambiental, esfera pública e ordenamento territorial. Processo FAPERJ: E-26/111.480/2014 (APQ1). Campos dos Goytacazes (RJ): Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais, março de 2016. (2016b)

MALAGODI, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. da M. **Enchentes, vulnerabilidade e remoção em Campos dos Goytacazes (RJ)**. In VI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) Belém: UFPA, 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/gt11.html>>. Acesso em: 09/01/2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SANTOS, M. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, Nº 2, 1999, p. 15-26. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0By1DYFPclamKaW5LOTJQN1VzOWM/view>>. Acesso em: 22 de maio de 2017.

_____. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009. Disponível em: < <http://agbpbpp.dominiotemporario.com/doc/CPG31A-3.pdf> >. Acesso em: 22 de maio de 2017.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

VALENCIO, N. O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) diante das mudanças climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 19-33.